

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

**Versão do arquivo anexado / Version of attached file:**

Versão do Editor / Published Version

**Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:**

Sem URL

DOI: 0

**Direitos autorais / Publisher's copyright statement:**

©2002 by UFSCar/Departamento de Letras. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Referência: BALDINI, Lauro. (2002) “A NGB e o dicionário de Mattoso Câmara: duas formas de dizer”. In: *Revista Brasileira de Letras* (3/4):57-65. São Carlos: Editora da UFSCar.

---

## A NGB E O DICIONÁRIO DE MATTOSO CÂMARA: DUAS FORMAS DE DIZER

Lauro José Siqueira BALDINI<sup>1</sup>

**RESUMO:** *A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) é uma iniciativa oficial do Estado brasileiro para estabelecer uma terminologia única para as gramáticas, publicada pelo Ministério da Educação em 1959. Neste trabalho, analisaremos, filiando-nos à Análise do Discurso de linha francesa, o discurso da NGB, procurando mostrar suas filiações no contexto da gramatização brasileira. Do mesmo modo, tentamos também mostrar como uma outra obra do mesmo período (o dicionário de Mattoso Câmara) discutiu a mesma problemática, mas de um modo bastante diverso.*

**ABSTRACT:** *The “Nomenclatura Gramatical Brasileira” (Brazilian Grammatical Nomenclature - NGB) is an official initiative of the Brazilian State towards establishing a sole terminology for our grammars which was published by the Ministry of the Education in 1959. In this work, from the theoretical viewpoint of the French School of Discourse Analysis, we analyze NGB as a discourse, showing its affiliations in the context of Brazilian grammatization. From that viewpoint, we tried also to show the way another work from the same period (Mattoso Câmara’s dictionary) discussed the same problems, but in a very particular way.*

### 1. INTRODUÇÃO

A não ser talvez para os poetas, nunca encontramos as palavras em “estado de dicionário”, como diria Drummond. Elas nunca estão mudas, inertes, mas demandam interpretação. Por outro lado, a interpretação também não é livre; ao contrário, as palavras vem encharcadas de história e não há face neutra. Nossa sociedade é pródiga em criar formas – sociais de controle de interpretação, dizendo que, quando e como se deve interpretar.

Portanto, a não ser na fantasia de certos lingüistas, a palavra em sua “forma”, limpa e abstrata, sem as corrupções de nosso tempo, é pura ficção. O que temos são palavras em relação com outras palavras, hierarquizadas, bem vistas ou malditas, possíveis ou impossíveis, sustentadas sem risco ou cujo pronunciamento exige coragem. Isso é o mesmo que dizer que as palavras são *discursos*, no sentido de que produzem efeitos de sentido, bem entendido, escondem por trás da aparente fixidez significante – significado todo um

---

<sup>1</sup> Doutorando em Lingüística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Projeto apoiado pela FAPESP, Processo no. 98/16450-3. E-mail: baldini@iel.unicamp.br.

jogo de sobredeterminação simbólica.

Dizer ou não dizer uma palavra, assim, não é uma questão insignificante. Como diria Orlandi (1995), há várias formas de se proibir uma palavra. Além da interdição própria do simbólico, que o impede de se estender como uma malha que cobriria todo o Real, o que se pode chamar com a autora de *silêncio fundador*, há também o *silêncio local*, a censura, o impedimento de dizer. Aqueles habituados a ver na linguagem o cerne do político sabem que não se trata apenas de uma questão de palavras. Trata-se de impedir certas histórias de acontecer, certos discursos de fazerem sentido.

No entanto, não se deve, em vista dessa compreensão, fantasiar sobre um mundo onde tudo poderia ser dito. Dizer é, sempre, mostrar que outra coisa poderia ser dita, ao mesmo tempo em que, ao não dizê-la, a condenamos ao silêncio. Esse funcionamento, como a autora citada acima bem soube demonstrar, pode ser fruto do próprio ato de se falar, mas também pode ser a forma menos nobre do confronto: a censura explícita, quando as palavras são postas em silêncio autoritariamente.

A meu ver, a NGB e Mattoso Câmara se inserem nesse funcionamento do silêncio. A primeira, mostrando a força do Estado, que pode fazer calar às vezes. O último, indicando que ser condenado ao silêncio não significa calar. Para citar mais uma vez Orlandi (*idem*), *o silêncio não fala, mas significa*. É o que tentarei mostrar aqui.

## 2. A NGB

Desde os tempos de garoto, aprendendo os rudimentos da gramática, já ouvia a sigla que delimitava o que era e o que não era preciso saber. “Isso não consta da NGB”, “a NGB não reconhece este tipo de oração”, entre outras, eram as frases que se ouviam (e se ouvem) nas aulas de gramática. Embora eu não soubesse exatamente o que esse conjunto de letras significava, entendia muito bem sua força invisível – tudo o que era dito em sala de aula era dito em referência a ela.

Mas nem sempre. Havia uma forma mais insidiosa de essa sigla pairar sobre os estudos de gramática do português: ela simplesmente não era mencionada, não se sabia dela... para todos os efeitos, ela não existia. E então o estudo da gramática nada mais era que a exposição de um saber que se originava não se sabe onde, e que se mantinha não se sabe como, mas que estava lá, como se fosse a expressão exata de tudo que há na língua.

Mais tarde, já na graduação, pude notar que, mencionada ou não, tudo o que eu sabia de gramática das aulas do colégio era a NGB. Foi então que minha inquietação, agora a inquietação de um “graduando”, me fez ir até a NGB em si mesma. O que poderia ser aquela sigla de que agora eu já sabia o nome? Imaginava um alfarrábio respeitoso, em volumes anciãos e eruditos, um tesouro guardado em algum lugar e do qual agora eu poderia perscrutar os mais diversos mistérios.

Encontrei-a num canto de biblioteca, esquecida, desimportante. O nome figurava em letras grandes: Nomenclatura Gramatical Brasileira. Mas longe de ser a enciclopédia que me dava a direção e que agora eu iria ver em toda sua magnitude, era um magro livreto de 29 páginas, repleto de nomes. Nenhum discurso imperial, nenhuma folha escrita a ouro. Apenas uma coleção de nomes, estruturados numa certa ordem, como uma receita de bolo. Evidente que me decepcionei. Não conseguia imaginar como aquela simples árvore taxinô-

mica poderia ser a “Gramática”.

Havia uma portaria concisa, assinada pelo Ministro da Educação, e a recomendação de que fosse adotada nas atividades pedagógicas e nos exames de português. Em seguida, uma apresentação, também breve, feita pelo Diretor do Ensino Secundário. O nome dos membros da comissão, um ofício elogioso ao Ministro dando-lhe a conhecer o trabalho, e... nomes.

É certo que a decepção não durou muito, pois se o aspecto do material não me satisfazia as expectativas, ainda havia sua importância indiscutível. Outro desconcerto, porém, veio tomar o lugar da decepção que havia se instalado. Como “estudar” aquilo? O que poderia ser dito a respeito daquele volume subnutrido e de ar indiferente? Que tipo de análise poderia empreender para restabelecer, de modo visível, a relação entre aquelas folhas classificatórias e toda a atividade do professor de português na sala de aula? Poderia, é claro, indagar as páginas iniciais, e, delas, chegar a outras, refazendo o percurso da nomenclatura desde a comissão elaboradora até o Ministério da Educação, e de lá até as escolas. Enfim, eu poderia fazer aquilo que Foucault (1987:7) diz a respeito do método tradicional em História:

*“(...) desde que existe uma disciplina como a História, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamo-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito poderiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento era sempre tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas, por sorte, decifrável”.*

Uma tarefa dessa natureza não é certamente inútil; poderíamos enfim observar os movimentos que constituíram a NGB, as vozes que falavam nela, suas supostas intenções (e os resultados fatídicos dessas), o que havia ficado de tudo isso e o que havia perecido ao tempo. Aquele elenco de nomes poderia ver-se por detrás, revelando as mãos que os haviam escrito ali, as divergências de trabalho, em suma: obteríamos os documentos que compunham a NGB. Saberíamos de que peças se montava aquele quebra-cabeças sem força aparente.

Deixaríamos de lado, é claro, a linguagem: os textos seriam apenas fontes de informação que nos permitiriam reproduzir os acontecimentos passados e já esquecidos, talvez até por seus protagonistas. Depois do exame da linguagem, finalmente chegaríamos ao que importava: o que estava por trás dela, toda a encenação, os atores, seus lugares, as falas que se lhes atribuíam. Aberta a cortina, poderíamos ver toda a peça, desde seu início. O preço a pagar não é difícil de discernir: *“Os textos de arquivo são fontes que permitem, por uma organização apropriada, o conhecimento do referente, das estruturas sociais. Nenhuma teoria do texto, da leitura. Sua decodificação repousa sobre o postulado da evidência, da transparência do sentido. O sentido já está lá”* (Régine Robin, citada por Pêcheux, 1994:65). De modo que, por negar qualquer trabalho quanto à constituição do sentido, colo-

car-nos-íamos na perspectiva do sentido tomado como produto, o que equivale a não pensar a relação entre a linguagem e o mundo, mas apenas indicar o mundo que a linguagem esconde (ou mostra falsamente) em seus códigos – usados por nós. Entre o mundo e a linguagem, apenas uma tênue névoa que, se por um lado era o que fazia os objetos indistintos, por outro era facilmente dissolvida e permitia ao olhar a visão plena das coisas que compõem a paisagem.

Porém, nosso interesse era precisamente a linguagem: afinal, formamo-nos para isso – somos graduados em Letras. Mas que mágicas de sintaxe revelar naqueles nomes, que arranjos de morfologia, que sutilezas fonéticas? Se todas essas ordens do sistema apenas encobriam o que estava em outro lugar e não se submetia a elas – e, mais que isso, determinava-as, parecia claro então que o menos interessante eram justamente as *letras*. Não havia de ser esse o caminho; o caminho havia de ser o da significação. Indagar o significado daquilo tudo era a maneira de trabalhar aqueles textos sem esquecer a questão da linguagem.

Todavia, e paradoxalmente, chegava-se ao mesmo lugar: o significado era apenas um porta, talvez até incômoda e desnecessária, para que se pudesse chegar aos fatos, aos homens, ao drama que se desenrolava além das páginas. Assim, dois caminhos extremos e ao mesmo tempo semelhantes – num, a linguagem era vista apenas como um reflexo ou invólucro da realidade, que bastaria decodificar para se chegar à verdade dos fatos – ou à mentira do texto; noutra, a linguagem era posta em primeiro plano, mas apenas e tão-somente para que revelasse também a existência do que estava fora dela e que não lhe pertencia a não ser como conteúdo.

Ou língua, ou história. Para não perder nenhum dos termos da relação, que poderia ser feito? Como relacioná-los, sem contudo perdê-los um no outro, sem absorção de cada um pelo seu par... A resposta a essa questão só poderia ser respondida se alterássemos não o modo de formulá-la, mas o entendimento dos componentes da pergunta. O que é a língua, e o que é a história? Através desses questionamentos chegamos à Análise do Discurso.

## 2. A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA

Analisar a NGB é, a nosso ver, um trabalho que primeiramente passa por dividi-la enquanto instrumento lingüístico e enquanto instrumento político. Não se pode negar a existência do real da língua – e, conseqüentemente, a possibilidade de sua descrição, mas deve-se explicitar o modo como os instrumentos lingüísticos investem de maneiras diversas nessa tentativa de descrição, jogando com o político no científico.

A NGB faz parte do processo de gramatização brasileira e esse processo se insere no quadro mais amplo das políticas (científicas) públicas. O conceito de gramatização é dado por Auroux (1992:65): “(...) *processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário*”. Sob essa perspectiva, “*o estudo das idéias lingüísticas no Brasil tem entre seus objetivos abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas que se fazem no Brasil desde o século XVI*”, num viés que considera que “*a gramatização de uma língua é parte da história da língua, não sendo, simplesmente, uma pro-*

---

2 GUIMARÃES (1996:127).

*dução de instrumentos sobre ela*<sup>3</sup>”.

Guimarães (1996), em sua proposta de dividir os estudos de língua no Brasil em 4 grandes períodos, situa a NGB no 3º desses períodos, que se caracteriza por uma valorização das especificidades do Português no Brasil (no 2º período descrito pelo autor é que se inicia propriamente a gramatização brasileira – dessa maneira, a NGB já é um desenvolvimento desse processo). Por outro lado, é nesse período que se define o resultado da controvérsia na denominação do idioma falado no Brasil: língua brasileira ou língua portuguesa? Como se sabe, a comissão designada para estudar esse assunto acabou por determinar que o idioma falado no Brasil era a língua portuguesa, encerrando o debate sobre essa questão. Desse modo, ao mesmo tempo em que nesse período há uma valorização dos estudos sobre a especificidade do Português no Brasil, admite-se a unidade com Portugal.

Por outro lado, a nomenclatura também se insere em outro recorte que o autor propõe, que é o de trabalhos sem filiação teórica definida. Assim, a NGB, além de ser uma tentativa de valorização do que é específico no Brasil, não se filia rigorosamente a nenhuma teoria. Mas o importante é ressaltar o papel do Estado, que, como sabemos, é o lugar da administração dos conflitos. No Brasil, a constituição do Estado é, ao mesmo tempo, a constituição da língua. O Estado age sob o princípio da unidade, a partir de um sistema jurídico centralizado e um sociologismo que negocia a diversidade. Em outras palavras: no caso específico da língua, as diferenças, embora sejam reconhecidas, anulam-se no processo de constituição da identidade nacional e do sujeito que ela pressupõe. A maneira como se define que língua se fala, como se tem acesso a ela, que estatuto ela tem é uma política lingüística que, ao mesmo tempo em que faz isso, produz o conhecimento sobre a língua e a configura (Guimarães e Orlandi, 1996:14).

Como afirma Orlandi (1997:5), ser um autor de gramática no século XIX é “*assumir a posição de um saber lingüístico que não reflete meramente o saber gramatical português. Nesse momento, o da irrupção da República, não basta que o brasileiro saiba sua língua, é preciso que, do ponto de vista institucional, ele saiba que sabe*”. Dessa maneira, o “saber sobre a língua” que se constitui nesse período é um saber que ao mesmo tempo em que se configura, configura a especificidade da língua portuguesa do Brasil.

Uma vez constituído esse saber sobre a língua e constituído o Estado brasileiro, temos uma modificação na posição de autor que os gramáticos assumem. Agora já não se trata de definir a especificidade da língua portuguesa no Brasil, mas sim de manter essa especificidade (Orlandi, 1997:8). Podemos, por conseguinte, estabelecer dois movimentos de autoria<sup>4</sup>:

- no século XIX e início do século XX, um investimento na função-autor que se faz pela busca de uma especificidade. Assim, ser gramático brasileiro, ser um autor de gramática, é ser aquele que, do ponto de vista de quem pode falar sobre a língua, de quem a sabe, coloca-se numa posição de quem faz a própria história. Ao fazer essa história, o gramático necessariamente silencia outras questões, que se apagam para o fortalecimento da questão da língua portuguesa do Brasil. Silenciando, Estado e língua se constituem, e estabelecem os efeitos de pré-construído que garan-

3 Idem, ibidem.

4 No sentido dado a este termo pela reelaboração teórica do conceito de autoria foucaultiano estabelecido por ORLANDI (1988).

tem o sentido das referências. Nesse sentido, as diferentes filiações teóricas de cada gramática são os pontos de apoio que servem de base para a afirmação do específico da língua do Brasil;

- no século XX, a questão já é garantir essa especificidade. A partir de então, não se trata mais da língua portuguesa *do* Brasil, mas da língua portuguesa *no* Brasil (Orlandi, idem:9). Desse modo, se antes tínhamos diferentes filiações teóricas garantindo essa especificidade, agora temos diferenças de análise, de descrição. Duas referências já estão parcialmente garantidas: Brasil e língua portuguesa.

Nesse segundo momento, dá-se lugar a uma profusão de gramáticas. Câmara Jr. (1969:56) chega mesmo a dizer que “(...) *no Brasil, que é a terra da gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua*”. Aqui chegamos a um ponto que merece maiores considerações. Por que as gramáticas brasileiras, nesse período, estão repletas de nomes? O que significa dizer que cada gramático dá o nome que quer aos fatos que analisa?

Como vimos, no primeiro período a busca da especificidade do português do Brasil se dá pela filiação a diferentes concepções teóricas. Veja-se o caso de Said Ali, por exemplo. Oliveira (1997:6) mostra como o recurso deste a esta ou àquela teoria se explica não pelo fato de uma incongruência teórica, “*mas de uma arregimentação de elementos que legitimam a língua nacional*”. Ora, se nesse período as diferentes filiações teóricas (e os diferentes nomes que colocam) se justificam pela constituição de uma especificidade lingüística, no segundo período isso já não pode ocorrer, pelo fato de que tanto a língua como o Estado brasileiro já estão constituídos. Tem-se, portanto, a necessidade de se uniformizar a nomenclatura, já que, no embate dos sentidos, a língua que se fala no Brasil já é uma referência bastante estável. Sabemos, no entanto, que a relação de designação nunca é totalmente estável, sendo constituída pelos discursos que se relacionam. A exterioridade produzida pela linguagem, isto é, as referências que se tornam evidentes, nunca estão plenamente garantidas, sendo necessário um esforço para que se mantenham como tais. A NGB é uma iniciativa nesse sentido.

Trata-se agora, como dissemos, de manter os limites de nossa identidade, através da especificidade da língua portuguesa no Brasil. Para isso, o recurso a diversos elementos teóricos que poderiam sustentar essa especificidade não se faz mais necessário, e sim a uniformização desses elementos. O Estado, conseqüentemente, nomeia uma comissão para uniformizar a nomenclatura, ou, em outras palavras, uniformizar o discurso gramatical.

Se adotarmos a definição de gramática de Auroux (1992:66), veremos que o anteprojeto inicial se aproxima bastante dessa definição. Ele possui uma categorização das unidades, exemplos e regras mais ou menos explícitas para construir enunciados. Veja-se, por exemplo, a definição de adjetivo:

“*Adjetivo*

*Adjetivo é a palavra que, posta ao lado de um substantivo com o qual concorda em gênero e número, exprime a aparência exterior, o modo de ser, ou uma qualidade de tal substantivo.*” (Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, 1957:25)

Dessa maneira, podemos dizer que o anteprojeto inicial tem a pretensão de ser uma

gramática da língua portuguesa no Brasil. Mais especificamente, a estabilização do discurso gramatical se daria pela construção de uma gramática oficial.

As críticas ao anteprojeto inicial, entretanto, não foram poucas. Cândido Jucá (filho), membro da comissão elaboradora da NGB, é autor de um livro lançado logo em seguida à publicação do anteprojeto, intitulado *132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Não deve ter sido ele o único a criticar o anteprojeto, na medida em que as mudanças entre o anteprojeto inicial e anteprojeto final são gritantes. Vejamos o anteprojeto final.

A principal diferença entre os dois anteprojetos é que o anteprojeto final abandona por completo a tentativa de ser uma gramática. Nele encontraremos apenas uma divisão da gramática e os nomes que fazem parte desta. No caso do adjetivo, por exemplo, teremos apenas:

*III – Adjetivo* (Nomenclatura Gramatical Brasileira, Rio de Janeiro: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, 1958, pág. 16)

Como se pode notar, as definições são completamente excluídas dos quadros da NGB. A NGB, ao excluir qualquer definição ou conceituação dos termos que apresenta, conseqüentemente, não se filia a qualquer posição doutrinária. A filiação a esta ou aquela doutrina passa, sem dúvida, pela questão da definição. Retomemos Auroux (idem:104): “*se o nome e o número das partes do discurso permanecem relativamente estáveis, as estruturas de classificação e as definições (com exceção de um núcleo cuja função é muito convencional) vão variar largamente no curso dos séculos* (grifo nosso)”. Ora, as definições variam devido precisamente às posições que seus autores assumem. Esse é um campo de conflito.

Desse modo, parece-nos que 3 questões se nos põem na análise das diferenças entre o anteprojeto inicial e a NGB. A primeira diz respeito ao modo com a comissão tratou de conciliar as divergências certamente presentes. A outra, quanto ao abandono das definições. A terceira, quanto à definição de gramática da própria NGB.

O primeiro e segundo pontos estão inextricavelmente ligados. A maneira de se conciliarem as divergências é retirar as definições. A doutrina se cria pela referência, e é por isso que Guimarães (1996:132) diz sobre a nomenclatura: “*se reduz a ser uma organização terminológica sem teoria que a sustente adequadamente*”. Ou Câmara Jr. (1975:216): “*não há aí [na NGB] qualquer doutrina gramatical coerente. O erro fundamental foi, mesmo, o de se querer com isso regularizar e simplificar a nomenclatura, sem intenção de firmar qualquer doutrina. Ora, a terminologia está visceralmente dependente de uma teoria e sem esta não tem real utilidade. A conseqüência é que o estatuto, oficialmente estabelecido, funciona como um empecilho, que cerceia e desorienta os esforços para uma teoria satisfatória em gramática descritiva*”. A nosso ver, essa falta de doutrina é fruto da falta de referência clara, e esta, fruto de uma maneira de administrar o provável conflito de doutrinas. Se a referência se estabiliza pela formação discursiva em que se encontra a palavra, não estabilizar a referência é procurar não se filiar a nenhuma formação discursiva. Note-se que, logo após a NGB, é feito um concurso de Interpretação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. As gramáticas, do mesmo modo, em seus subtítulos, dizem que exemplificam, definem, interpretam e explicam a NGB. Ou, em outras palavras, reme-

tem as palavras a doutrinas, estabelecendo referências. Veja-se como está modificado o papel do autor: não é mais aquele que “faz” a gramática, isto é, a autoridade responsável por um saber sobre a língua, mas aquele que interpreta, define, comenta e exemplifica um saber oficialmente instituído.

O terceiro ponto, ou seja, a definição do que seja uma gramática, é também bastante frutífero para uma análise. No anteprojeto inicial, temos:

*“Introdução: Gramática*

*Gramática Normativa, Gramática Histórica*

*Divisão da Gramática:*

*Fonética, Morfologia, Sintaxe”* (Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, op. Cit., pág. 13)

O anteprojeto final, por sua vez, dá apenas a divisão da gramática:

*“Divisão da Gramática:*

*Fonética, Morfologia, Sintaxe”* (Nomenclatura Gramatical Brasileira, op. Cit., pág. 4)

O termo “gramática histórica” se desloca para o apêndice da NGB. O remanejamento do termo “histórica” e a exclusão do termo “normativa” é índice de um processo que dá historicamente lugares diferentes ao saber descritivo e à aplicação desse saber no tocante aos estudos do Português. O que se silencia nesse momento é uma divisão em que sobre o normativo está o estudo descritivo da língua (como em Said Ali, por exemplo). Na NGB, há apenas um campo, a Gramática, fundamentalmente normativo, que pode também ceder lugar ao estudo histórico. Está excluída dessa divisão a contraparte descritiva da Gramática. Se considerarmos que na gramatização brasileira há duas tendências de certo modo opostas em relação ao papel e função da Gramática, não é difícil perceber que partido toma a NGB. Há, por um lado, aqueles que como Said Ali e Mattoso Câmara não negam a necessidade de um instrumento lingüístico de normatização, mas o subordinam ao estudo descritivo. E, de outro lado, aqueles que vêem a normatização como a função fundamental do estudo da linguagem. Há, nesse mesmo recorte, aqueles que atribuem à Gramática um papel descritivo, que no entanto se apaga pelo desconsideração de tudo que não seja texto escrito, e autorizado – Jucá Filho, por exemplo, é mestre nessa contradição: diz, como veremos, que à Gramática não compete ensinar a falar ou a escrever corretamente, porém o faz em suas gramáticas ao utilizar apenas exemplos da linguagem dita “cultura”. A NGB, como facilmente pode se notar, filia-se a esta última tendência.

Nesse sentido, podemos dizer que, a partir da NGB, um outro momento de autoria se estabelece no discurso gramatical. Nesse outro momento, o gramático não é mais a autoridade do saber sobre a língua, mas um comentador desse saber. E esse é um deslocamento proporcionado pela NGB. Mais especificamente, com a NGB, *“a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo lingüista. Saber como a língua funciona dá autoridade para o lingüista dizer como a língua é (português no Brasil / português europeu). A autoria da gramática passa a necessitar da caução do lingüista, já que este tem o conhecimento científico da língua. Há uma transferência do co-*

*nhecimento do gramático para o lingüista*<sup>5</sup>. Essa transferência, no entanto, é bastante específica, na medida em que ao Gramático resta apenas o plano normativo, ficando este impedido de incluir-se dos estudos descritivos sobre a língua.

Após a NGB, o discurso gramatical ganha uma consistência que impede o processo de autoria, tal como ele funcionava antes, a não ser de forma marginal. Desse modo, o acontecimento discursivo que a NGB constitui é precisamente este: trata-se de um texto que se desvincula de seus criadores, que se impõe (pelo Estado, nesse caso) e que limita o acaso do discurso. Após a NGB, toda gramática deve citar e cita a NGB, ou melhor, tem como corpo de seu texto a NGB.

Recusas, restrições ou negações a ela, no entanto, se todavia acontecem, seguem o princípio do comentário. Notas de rodapé, quadros no canto da página, apêndices, tudo que a NGB não prevê só pode aparecer de forma marginal, e contanto que a própria NGB, enquanto texto, seja realizada primordialmente. Os pontos de não-contato, todavia, são pequenos gestos do autor, encerrados em partes menos visíveis do texto e que revelam o retorno de sentidos silenciados pela NGB e que agora ressurgem para, paradoxalmente, torná-la mais forte, na medida em que só podem dizer algo se esse algo é dito depois da afirmação da NGB e em complemento a ela<sup>6</sup>.

O silêncio que a NGB impõe é o silêncio da história da gramatização brasileira. Despida de autores, a gramática passa a falar por si mesma. Aí reside o papel da Ideologia, no apagamento do enunciador. Como diria Orlandi (1995), o esquecimento é estruturante na AD, pois só quando esquecemos quem formulou a NGB, como, para que e para quem é que os sentidos da NGB produzem seus efeitos. O apagamento do “autor” da NGB funciona de maneira a instituir um efeito de validade nas gramáticas posteriores. A NGB passa a ser a “Gramática”, o que se pode dizer a respeito da língua portuguesa, ou seja, “esquece-se” que ela é um produto histórico, produzido por um determinado grupo de pessoas, dentro de uma dada conjuntura histórica. Com esse esquecimento, com esse apagamento do sujeito, o discurso gramatical torna-se mera descrição do objeto, ou melhor, a descrição do objeto. E o objeto é a língua que falamos no Brasil, a evidência das evidências: a língua portuguesa. Como se vê, as referências são historicamente construídas, mas isso é esquecido, e é esse esquecimento que estrutura o discurso. História de esquecimentos que constitui nossa identificação enquanto brasileiros. A unidade da língua, na NGB, é constituída a partir da unidade sobre a terminologia que “descreve” essa língua. Mas essa unidade não é a unidade garantida por uma filiação teórica, é uma unidade garantida pela assunção, por parte do Estado, do papel de autor da NGB.

O Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que doravante chamaremos de anteprojeto inicial, em seu próprio nome, já suscita algumas questões em relação à investida do Estado nesse campo. Fundamentalmente, nota-se que o anteprojeto não diz de qual língua é a nomenclatura a ser uniformizada e simplificada. Isso reforça a questão do silenciamento a que vínhamos nos referindo. Não é preciso

---

5 ORLANDI (1997:9).

6 Mas, se por um lado esses gestos fortalecem a NGB, por outro se mantém como a brecha que torna possível deslocamentos no discurso que a própria nomenclatura impõe. Agradeço a Profa. Dra. Suzy Lagazzi Rodrigues a observação dessa questão que relativiza a dominância da NGB quanto ao processo de constituição dos discursos. De fato, é mesmo preciso ver que, como já dissemos anteriormente neste trabalho, toda prática discursiva comporta espaços falhos onde o sujeito pode trabalhar além da mera repetição.

nomear a língua, pois nos silenciamentos que nossa gramatização impõe a língua nacional já é uma evidência, um pré-construído.

Trata-se agora, como já dito, de manter os limites de nossa identidade, através da especificidade da língua portuguesa no Brasil. Para isso, o recurso a diversos elementos teóricos que poderiam sustentar essa especificidade não se faz mais necessário, e sim a uniformização desses elementos. O Estado, conseqüentemente, nomeia uma comissão para uniformizar a nomenclatura, ou, em outras palavras, uniformizar o discurso gramatical.

## 2.1 ESTADO E POLÍTICA LINGÜÍSTICA

Sabemos que a constituição dos Estados independentes no final do século passado está intimamente relacionado à definição de uma língua nacional e de políticas pedagógicas que invistam nesse sentido. No caso da NGB, pode-se dizer que ela vem na esteira de políticas anteriores tais como o Programa de Português de Fausto Barreto em 1887.

No caso particular do Brasil, as políticas lingüísticas são em geral determinadas pelo Estado de modo autoritário. Os programas são impostos pelos departamentos educacionais, restando muito pouco aos professores, diretamente concernidos na tarefa de lidar com o aspecto pedagógico da questão. Mattoso Câmara, em 1940, insurgia-se contra o modo autoritário com que os programas eram impostos aos professores. A resposta a ele é extremamente interessante e explicativa:

*“Queríamos o ensino inteiramente livre, sem nenhuma tutela do Estado; mas somos forçados a reconhecer que essa liberdade ainda não pode ser outorgada sem que periclitem importantes interesses nacionais”* (Jornal do Brasil, 12 de junho de 1940).

O modo como a NGB apaga as diferenças, dando a impressão de se tratar apenas de uma questão de nomenclatura, é parte do desenvolvimento desse tipo de política estatal. A imposição de doutrinas (ao mesmo tempo em que isso se nega) só pode ter um nome: Positivismo.

Positivismo que impregna o processo de gramatização brasileira de forma difusa sem poder ser localizado apenas em um lado da questão. Pode-se, todavia, distinguir dois movimentos distintos na história de como no Brasil se constitui o saber sobre a língua. Temos, de um lado, uma posição marcadamente positivista, que vê na construção de gramáticas mera descrição da língua “como ela é”. De outro lado, uma posição que assume a historicidade da gramatização e que tenta construir procedimentos de inserção nessa historicidade.

No segundo funcionamento, colocaríamos João Ribeiro, Said Ali e Mattoso Câmara Jr., por exemplo, sem que isso signifique que o discurso que perpassa seus textos não deslize para o tom do primeiro funcionamento por vezes. No primeiro funcionamento, estão Cândido Jucá (filho), Antenor Nascentes, entre outros. Para que fique clara essa distinção, vejamos o modo conflitante de conceituar a gramática no período em que se dá a NGB:

*“Convém observar que a gramática ‘normativa’ (chamada por outros ‘expositiva’ ou ‘descritiva’) corresponde à ‘lingüística sincrônica’ de F. DE SAUSSURE, e a gramática ‘histórica’ à ‘lingüística diacrôni-*

ca”.(OLIVEIRA, José Luís de. Interpretação da NGB. Rio de Janeiro: BibliEX, 1965, pág. 21.)

*“Gramática é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as NORMAS que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta”* (LIMA, Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Briguiet, 9ª Edição, 1963, pág. 9.)

*“Pois mesmo nos tempos de antanho (ou principalmente naqueles tempos), não tinha sentido epitetar-se de normativa a tão mofina disciplina, que justamente o que nunca fez, nem nunca fará, foi ensinar a falar e escrever corretamente”* (JUCÁ (FILHO), Cândido. 132 restrições ao anteprojecto da simplificação e unificação da NGB. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1958, pág. 5.)

Se Rocha Lima assume a normatividade da Gramática, Oliveira e Jucá assumem a Gramática como a expressão de um estado da língua. A posição de Rocha Lima é intermediária à de Said Ali e Mattoso Câmara Jr., que dão lugar ao instrumento normativo, mas o colocam sob a determinação de um estudo descritivo. Para Ali, a “Gramática Prática” está ao lado da “Gramática Científica”, ambas apêndices da “Gramática Descritiva”. Já Mattoso Câmara subordina a Gramática à observação “desinteressada” do fenômeno lingüístico tal como previa Saussure, isto é, a construção de gramáticas fica na dependência dos avanços do estudo descritivo da linguagem pela Lingüística.

Essas duas posições, uma em que se assume que fazer gramáticas é intervir historicamente e outra em que essa questão está apagada, se entrecruzam em toda a história da gramatização brasileira. Após a NGB, parece evidente que a última posição é que se estabelece em dominância. Ela tem que, no entanto, lidar sempre com a primeira, na forma de um discurso outro que se estabelece fortemente pela figura de Mattoso Câmara: o discurso da Lingüística.

Assim, a relação do Estado com a gramatização em suas políticas lingüísticas está sempre permeada por um falar outro de fora do Estado, ao qual ele tenta responder, na maior parte das vezes na forma de programas impostos tais como a NGB.

Como mostra Auroux (1992), o processo de gramatização nos países descobertos na época das navegações se dá sempre nos modelos da tradição greco-latina, contemporaneamente à própria gramatização das línguas européias. Em nosso caso, a constituição do Estado brasileiro se inicia apenas após o processo de independência, e é só aí que se pode falar seguramente de um investimento estatal na gramatização. É claro que antes da ocasião da independência já havia políticas lingüísticas em andamento (Pombal, por exemplo), mas essas ainda estão vinculadas ao Estado português. Depois da independência, essas políticas estarão vinculadas ao Estado brasileiro, e a identidade com Portugal se dará sempre, mas de forma a estabelecer diferenças. No início do século XX, a questão é ligar o conhecimento atual da língua a seus estágios passados. Essa relação assume uma certa homogeneidade e administração de conflitos na divisão gramática – filologia. O gramático, encarregado de “descrever” o estado atual da língua, e o filólogo interessado em sistematizar estados anteriores. A homogeneização desses dois aspectos de uma mesma questão acontece pelo recurso da escrita. Dias (1996) mostra como nas décadas de 30 e 40 os defensores da denominação

“língua portuguesa” ao idioma falado no Brasil estabelecem seu eixo argumentativo na tematização da escrita, com o apagamento ou depreciação da oralidade. Ora, é o mesmo funcionamento discursivo que sustenta a divisão entre Gramática e Filologia. Dessa maneira, o aspecto principal da posição positivista de que falamos acima é sua mobilização da escrita como “dado” que sustenta suas posições. O que Mattoso Câmara faz ao sustentar um discurso outro e oposto a esse é justamente trazer a oralidade e as línguas “silenciadas” (índigenas) como temas. Essa posição, no entanto, fica fora do Estado, sustentada sobretudo universitariamente.

Se o Estado é positivista, o discurso de oposição fica excluído, mas faz efeito. Embora haja muitas razões a se levar em consideração no estabelecimento dos programas oficiais, um deles sem dúvida é a de responder a esse discurso outro que com ele se relaciona. A posição de Mattoso Câmara a respeito da relação Gramática – Lingüística coloca esta última como núcleo central dos estudos sobre a linguagem, no qual todos os outros desenvolvimentos (Gramática Normativa, Gramática Histórica etc.) devem se apoiar.

A NGB, por outro lado, reconhece apenas duas maneiras de abordar a linguagem: a Gramática e a Gramática Histórica. Repare-se que o primeiro termo não possui qualificativo, o que revela bem como a Gramática é vista como a única maneira de se saber a língua, sem que a normatividade que se estabelece pela relação com a escrita seja sequer abordada. Num primeiro momento (o anteprojeto inicial), aliás, a NGB reconhece que há duas gramáticas: a normativa e a histórica. Mesmo essa posição silencia muita coisa: a Lingüística e tudo o que daí deriva.

Porém, o anteprojeto final aprovado é ainda mais radical nesse silenciamento. A retirada do qualificativo “normativo” assenta-se em argumentos como os de Cândido Jucá (cf. pág. 42, acima).

A seguir, procuraremos mostrar essa distinção entre as duas posições que percebemos nos modos de abordar o fenômeno lingüístico através das nomenclaturas ou dicionários gramaticais.

## 2.2 AS NOMENCLATURAS E DICIONÁRIOS ANTERIORES À NGB<sup>7</sup>

A NGB se insere (de modo muito particular, porém) no desenvolvimento de trabalhos anteriores<sup>8</sup>, tais como o *Léxico Gramatical* (1934) de Firmino Costa ou o *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira* (1946) de Antenor Nascentes. Há ainda o *Dicciona-*

<sup>7</sup> Não pretendemos aqui analisar ou indicar todas as obras anteriores à NGB que caminham no mesmo sentido que a Nomenclatura. Falaremos aqui apenas das obras que consideramos mais representativas. Na verdade, abrangeremos aqui todas as obras publicadas entre a segunda metade do século passado e a primeira metade de nosso século, pois a partir da década de 50 trabalhos do tipo da NGB proliferam, mas nem sempre possuem algum valor historicamente maior. Fica aqui apenas a menção ao fato de que, a partir de 1950, os Dicionários Gramaticais começam a surgir em maior número. É justamente nessa década que o Estado assume para si a tarefa de “uniformizar” e “simplificar” a nomenclatura utilizada, tirando das mãos dos gramáticos esse papel. É também justamente nessa década que Mattoso Câmara inicia a publicação de seu dicionário, que no entanto não é instrumento do Estado. Isso mostra porque o dicionário de Mattoso Câmara pôde se desenvolver e ampliar, enquanto a NGB se cristalizava. Trata-se de modos muito diferentes de se organizarem os discursos, pois um fala do lugar do Estado e o outro, não. São modos distintos de autoria.

<sup>8</sup> Por razões de espaço, a parte de análise de tais obras foi omitida neste artigo, passando diretamente para as conclusões gerais.

*rio Grammatical Portuguez* de José Alexandre de Passos, publicado em 1865 ou o *Diccionario Grammatical* de Felisberto de Carvalho, de 1886. Esses trabalhos procuram, como a NGB, uniformizar a nomenclatura para fins pedagógicos. Já o *Diccionario Grammatical* (1889) de João Ribeiro ou o dicionário de Mattoso Câmara (1956) procuram marcar posição no quadro dos estudos lingüísticos de sua época. Temos aí uma separação que perdura a seu modo até hoje: a separação entre os trabalhos dedicados ao ensino da língua e os trabalhos de investigação sobre a língua, geralmente de nível universitário. Essa divisão, por si só, não é boa nem ruim, nem é feita de uma vez por todas (o trabalho de João Ribeiro, mais que o de Mattoso, ainda se vincula à pedagogia do Português) mas é claramente negativo que ela tenha se desenvolvido de modos tão diferentes ao longo da história brasileira. Por isso, não é de se espantar que haja hoje um certo mal-estar entre a figura do gramático e os lingüistas de modo geral.

Uma possível explicação para essa divisão dos discursos sobre a língua pode ser a de que os trabalhos dedicados ao ensino da língua tenham tido dificuldade em sair do normativismo, visto que se inseriam no processo de construção da identidade nacional com todos os apagamentos que aí se estabeleceram. Os trabalhos descritivos, por sua vez, acabaram se desenvolvendo em âmbitos extra-escolares, além de não terem conseguido se impor sobre os primeiros de modo marcado.

Isso levou a gramatização brasileira a viver no confronto e no diálogo de dois discursos: o discurso das gramáticas (normativas) e o discurso das gramáticas (descritivas). Essa divisão bipartite se mantém após a NGB, mas assume um caráter totalmente diverso, dado o estancamento da função-autor que a NGB acaba por determinar.

Como vimos, há muitos pontos de contato entre esses trabalhos precursores da NGB, assim como lugares de afastamento. Segundo seu papel discursivo, podemos reconhecer algumas formas diversas em que esses trabalhos se organizam:

1a) dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos sobre a língua, sendo portanto reguladores de sentido em primeiro nível, formalmente muito semelhantes às gramáticas – com exceção da estrutura em ordem alfabética. Discursivamente, desempenham o mesmo papel da gramática, instituindo sentidos quanto à língua nacional e ao sujeito dela. Enquadram-se nesse espaço as obras de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho e Firmino Costa;

1b) dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos-sobre discursos sobre a língua, regulando os sentidos em segundo nível, na medida em que seu funcionamento não incide diretamente sobre os sentidos da língua nacional e seu sujeito, mas sobre as gramáticas, e estas sobre tais sentidos. Assim, a institucionalização de sentidos que tais trabalhos fazem funcionar se dão num nível que sobredetermina a gramática. Aqui, colocá-riamos os dicionários de João Ribeiro, Antenor Nascentes e Mattoso Câmara.

Quando aos espaços que abrem em relação ao estudo da língua, podemos dividi-los segundo o lugar que dão à norma e descrição:

2a) dicionários e léxicos gramaticais que instituem um sentido dividido para as gramáticas, sempre no sentido normativo. Um deles, vinculado à “ descrição” de um estado presente, outro de um estado anterior da língua. Enquadraria aqui a obra de Firmino Costa;

2b) dicionários e léxicos gramaticais que instituem apenas um sentido para as gra-

máticas, seja ele normativo ou descritivo. Aqui colocam-se os dicionários de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho e Antenor Nascentes;

2c) dicionários e léxicos gramaticais que atribuem à gramática um estatuto diferenciado segundo os objetivos a que esta se proponha. Assim, ao estudo normativo pode contrapor-se o estudo histórico, descritivo, etc. Entram aqui Mattoso Câmara Jr. e João Ribeiro.

Desse modo, pode-se dizer que o anteprojeto inicial da NGB filia-se diretamente ao funcionamento explicitado em 1a, e seu projeto final, ao contrário, filia-se de modo mais direto aos trabalhos descritos sobre 1b. Certamente a entrada do Estado de modo marcado no processo de constituição de uma terminologia, como acontece na NGB, explica que o anteprojeto inicial tenha sido profundamente alterado. De fato, sua aprovação provocaria um silêncio local sobre os trabalhos lingüísticos, e a figura do gramático seria altamente prescindível. A relação se daria apenas entre NGB e professor, sem a intermediação do gramático que ocorre logo após sua implementação (cf. Mais abaixo). O projeto final aprovado, em vez de incidir diretamente sobre o saber lingüístico, é um discurso sobre esse saber, funcionando em segundo nível e permitindo assim ao gramático um espaço de trabalho de que ele soube se ocupar muito bem ao longo da história. Diríamos que a NGB, nesse caso, passa a ser um silenciamento constitutivo. É através deste silenciamento que os gramáticos podem se constituir enquanto autores. Essa constituição, é claro, é diferente daquela que sustentava os gramáticos do final do século passado e início deste, justamente porque aquilo que limita e organiza seu dizer não é o mesmo. A NGB, nunca é demais dizer, funciona a partir do Estado, e não a partir da Ciência.

Isso pressupõe que os silêncios signifiquem em (de) outro lugar, e eles significam. Trabalhos como os de Mattoso Câmara e João Ribeiro serão continuamente reeditados, e sua posição em relação à constituição de uma terminologia, frontalmente oposto ao da NGB, continuará a fazer sentido, mesmo que fora do Estado.

### 3. A GRAMÁTICA BRASILEIRA APÓS A NGB

As modificações que a NGB introduz na história da gramatização brasileira estão relacionadas a sua forma enquanto objeto simbólico. Nas relações de significação, o estatuto dos objetos simbólicos é determinante das alterações/reproduções de sentido que ele introduz no campo discursivo.

Nesse sentido, a NGB pode ser considerada como um *discurso fundador* (Orlandi, 1993), já que se trata de um texto que abre (e fecha) espaços no formulável, restringindo ou abrindo seus limites, produzindo as regras de constituição de novos textos. A materialidade da NGB (uma nomenclatura) é diferente da materialidade de uma gramática ou de um dicionário, por exemplo, e isso é relevante na análise discursiva desse objeto.

As nomenclaturas gramaticais, como é o caso da NGB, são instrumentos bastante específicos em sua forma. Antes da NGB, havia aquela divisão de que falamos, entre obras de cunho gramatical mesmo – diferindo da gramática apenas pela forma alfabética - e dicionários gramaticais. Os dicionários, como os de Mattoso Câmara ou João Ribeiro, significam tomadas de posição do autor em relação aos nomes que organiza em seu corpo. Assim, a função autor aparece de modo mais claro, e filiada a uma teoria (ou a teorias) que a sus-

tentam. O primeiro anteprojeto da NGB se insere nesse quadro. Os nomes vêm, como vimos, todos acompanhados de uma definição. A diferença é que aqui as filiações teóricas são bastante díspares, e só adquirem uniformidade por serem objeto de uma política estatal. Como no final do século XIX, em que as diferentes filiações teóricas ganhavam unidade pelo seu investimento na questão da língua nacional, a NGB só é uniforme no sentido de ser sustentada pelo Estado. A diferença desse tipo de objeto e uma gramática estaria no fato de não apresentar exemplos, parte essencial do discurso da gramática (Auroux, 1992:66). O anteprojeto final da NGB, contudo, abandona todas as definições e deixa de aproximar-se dos dicionários gramaticais e das próprias gramáticas dicionarizadas.

Devido a isso, é razoável atribuir à NGB um estatuto diferenciado em relação a todas as obras anteriores. Se ela se filia ainda aos dicionários de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho, Firmino Costa e Antenor Nascentes por não apresentar definições múltiplas, afasta-se deles por não apresentar definição nenhuma.

Um outro ponto em que ela se distancia também dessas obras é a estruturação hierárquica de cada categoria e de suas divisões. O que se pode depreender disso tudo é que as nomenclaturas são instrumentos inovadores em sua concepção e objetivos. Diferentemente das obras anteriores, a NGB precisa ser interpretada, definida, exemplificada, comentada... É apenas um esqueleto contendo aquilo de que deve tratar uma gramática.

Em seu aspecto discursivo, as nomenclaturas gramaticais funcionam como um *discurso sobre a metalíngua e regulam o papel da autoria* no discurso em segundo nível. Elas não são, como as gramáticas, um discurso sobre a língua. Elas, como instrumentos que explicitamos em 1b, são discursos sobre as gramáticas. Assim, o fato de elas operarem num segundo nível, condiciona o modo de apreensão das mesmas pelo discurso gramatical.

O que ocorre é que o discurso da NGB, após um período *interpretativo* que é negado – como mostramos mais acima – se torna, após esse período, a *memória* que permite às gramáticas fazerem sentido. São, portanto, espaços de remissão que permitem aos autores de gramáticas se afirmarem enquanto tais. Nesse sentido é que a NGB é um discurso fundador, no sentido de que *funda uma memória*, inaugurando um saber discursivo que passa a ser referência para que a terminologia faça sentido. Seu acontecimento, no entanto, por situar-se em um momento diferenciado da constituição do Estado brasileiro, dá-se numa configuração e numa forma diversas àquela em que se dão as obras anteriores.

No momento de formulação da NGB, “*la question de l’Etat étant déjà réglé avec l’indépendance et la République, la production des grammaires prend un autre sens et une autre forme au Xxème siècle*”. Assim, “*l’explicitation progressive de l’image de l’Etat s’accompagne de la caractérisation de la question linguistique comme une question scientifique*<sup>10</sup>”. Temos, então, a constituição cada vez mais consolidada do Estado brasileiro e, em consequência, sua explicitação progressiva através de políticas (no caso, lingüísticas) que se fazem sob a égide do “científico”. É em resposta a esse movimento que a NGB opera, e é só sob tal configuração que ela poderia fazer sentido. Note-se que uma das “Normas preliminares de trabalho” da nomenclatura preceituava a “*exatidão científica do termo*”. O científico tomado aqui em seu sentido Positivista, é claro, pois há outras posições “científicas” como as de Mattoso Câmara que são deixadas de lado.

---

9 ORLANDI (1998:3).

10 Idem, *ibidem*.

Um dos efeitos mais evidentes da NGB é que seu objetivo de padronizar a gramática brasileira foi atingido de forma bastante eficaz. Uma rápida olhadela pelas gramáticas posteriores a ela basta para que nos certifiquemos de que ela erigiu uma espécie de “modelo” de gramática seguido de forma bastante regular (três níveis de análise, dez partes do discurso etc.). É claro que as gramáticas não são todas iguais, mas o roteiro que a NGB sugere tem sido seguido predominantemente. Eduardo Carlos Pereira, por exemplo, cuja gramática teve o maior número de edições e leitores até a NGB, irá gradativamente desaparecer, na medida em que seu falecimento impede a adaptação de sua gramática à nova nomenclatura. Rocha Lima, ao contrário, lança logo em seguida à NGB uma gramática quase que inteiramente baseada nela e que é reeditada até hoje. O que esses fatos revelam é que a NGB impõe uma transformação no discurso gramatical. Os próprios títulos das gramáticas lançadas em seguida materializam esse acontecimento: as gramáticas *exemplificam*, *definem*, *interpretam* e *explicam* a NGB. O gramático passa a ser aquele que *comenta* a nomenclatura.

É aqui que entra o período interpretativo que mencionamos acima. Os termos serão explicados, comentados, interpretados. Isso se dá através da profusão de gramáticas que visam dar sentido à terminologia da NGB. São os *gestos de interpretação* que irão definir o sentido de cada termo. Como dito acima, as gramáticas publicadas no período imediatamente posterior à NGB já trazem em seu título uma pista da modificação da função-autor de gramáticas:

*Pequena gramática para explicação da NGB*. Adriano da Gama Kury. 1961.

*Gramática Metódica da Língua Portuguesa – de acordo com a NGB*. Napoleão Mendes de Almeida. 1960.

*Moderna Gramática Portuguesa – com base na NGB*. Evanildo Bechara. 1960.

*Nomenclatura Gramatical Brasileira. Texto comentado por* Antenor Nascentes. 1959.

E seguem-se muitos títulos semelhantes... Que indicam os gestos de interpretação ocorrendo, limitando e definindo os nomes “vazios” que a nomenclatura propunha. Mais importantes ainda são os “concursos de interpretação” promovidos em seguida à implementação da NGB. Todos esses acontecimentos exemplificam bem os gestos de interpretação que fazem do texto da NGB algo muito maior que sua materialidade empírica. Às 29 páginas do texto oficial vão-se adicionando todos esses outros textos, que conferem sentidos a cada um dos “nomes”. Esses mecanismos, aliados à prática pedagógica do professor de português, são aquilo que Pêcheux (1983:57) chamou de “*enorme trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos de poder de nossas sociedades geram a memória coletiva*”. E obtém sucesso: basta ver as gramáticas atuais, em que a referência à nomenclatura é quase que inexistente, embora ela seja seguida do início ao fim. Assim, a NGB é mais do que seu texto. A NGB é o resultado discursivo de todos esses gestos de interpretação que lhe atribuem um sentido.

A questão da terminologia das gramáticas, aliás, já era fruto de discussões muito antes da década de 50. Em 1921, Antenor Nascentes sugeria à Liga Pedagógica que uma comissão recolhesse em todas as gramáticas as diferentes denominações e, “*impressa a lista das denominações, será ela remetida a todos os professores de português dos quais a Liga*

tiver conhecimento, marcando-se um prazo de três meses para eles devolverem a lista, indicando as denominações que preferem e expondo as razões, caso o queiram<sup>11</sup>”. Antes disso, João Ribeiro já se irritava: “Essa mania de arquitetar nomes técnicos na maior parte insignificantes, nasceu, ao que parece, do gênio francês e inglês que, assim, criou um vocabulário científico de grandes proporções<sup>12</sup>”.

Mas, como vimos, houve modos diferentes de se posicionar frente ao problema. No caso da NGB, a redução de tudo a um problema de designação múltipla permite que se diga que ela irá uniformizar e simplificar. Feita essa uniformização e simplificação, basta aos gramáticos comentarem os nomes elegidos, esquecendo-se dos que ficam excluídos.

Assim, o momento interpretativo que se segue à NGB dá a esta um sentido, que basta ao gramático *repetir*. Se é verdade que o gramático “*ne peut plus que répéter*<sup>13</sup>”, isso se dá no segundo momento após a NGB. No primeiro momento, ele não é o que repete, mas o que dá sentido. Depois, institucionalizado o sentido, a função do gramático deixa de ser a de interpretar ou comentar a nomenclatura, agora ele é aquele que repete o que está dito na NGB.

Isso não significa, entretanto, que não haja possibilidade de deslizamento de sentidos. Pelo contrário, as gramáticas atuais mostram que vinga “*em outros lugares o que não vinga em um lugar determinado. O sentido não pára, ele muda de caminho*<sup>14</sup>”. A autoria no discurso gramatical muda completamente após a NGB, mas isso não se faz de uma vez por todas nem perfeitamente. É evidente que recusas, restrições ou negações à NGB acontecem, mas seguem o princípio do comentário exposto por Foucault: são notas de rodapé, quadros no canto da página, apêndices; tudo que a NGB não prevê só pode aparecer de forma marginal, e contanto que a própria NGB, enquanto texto, seja realizada primordialmente. Mais além, o que ocorre no segundo momento é que o enunciador é apagado. A NGB passa a ser a “Gramática”, e não o projeto de uma comissão<sup>15</sup>, seguidamente interpretado. O apagamento das referências à NGB nas gramáticas mais distantes de 1959 evidenciam esse processo, pelo qual um objeto histórico se torna a-histórico. Tudo torna-se evidência: o que é um “adjetivo”, que falamos a “língua portuguesa”, etc. Por ser um discurso sobre a metalíngua, a NGB regula a autoria fixando certos sentidos. Os “discursos sobre” são as instâncias fundamentais de institucionalização dos sentidos. É através desse tipo de discurso que a memória discursiva é organizada, disciplinada e reduzida (Orlandi, 1990).

Embora após a NGB os lugares reservados à Lingüística e à Gramática adquiram nitidez e maior espessura em suas fronteiras, esse momento imediatamente posterior à publicação da nomenclatura ainda mostra uma certa absorção do discurso da Lingüística pelo discurso da Gramática. Que tal fato não tenha permanecido historicamente pode-se explicar certamente pela resistência de Mattoso Câmara a essa absorção, e que indica a relação entre falar do lugar do Estado e falar de fora dele. Nesse relação é que se pode pensar em uma gramática diferente daquela que a NGB impôs há três décadas.

11 NASCENTES (1946:109).

12 APUD NASCENTES (1946:11).

13 ORLANDI (1998:4).

14 ORLANDI (1995:13).

15 Dessa comissão faziam parte: Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá (Filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, assessorados na redação final por Serafim Pereira da Silva Neto, Antônio José Chediak e Sílvio Edmundo Elia.

#### 4. NOTAS FINAIS SOBRE A NGB

Dentro dos limites que conferimos a nosso trabalho, podemos fazer algumas afirmações em relação à análise que desenvolvemos. A primeira, e sem dúvida a mais importante, é que a NGB institui no campo do saber sobre a língua, uma modificação fundamental no modo em que o gramático pode afirmar-se enquanto autor. Ela fixa, de modo determinante, a normatividade enquanto padrão de ensino, e por isso mesmo divorcia-se da Lingüística que começava a caminhar naquele tempo. Há também que se considerar que a NGB começa muito antes da própria NGB, isto é, a questão da terminologia gramatical surge com a própria questão das gramáticas brasileiras no século XIX, sendo a NGB o ponto culminante do desenvolvimento de uma questão em que estavam em jogo o ensino, a língua nacional, a escrita.

A NGB é parte de um processo que, a rigor, não está nem nunca estará terminado. No século XIX, os autores de gramática não só exigem uma gramática brasileira, mas começam a se organizar em torno de uma terminologia brasileira que sustente esta gramática. Conforme tentamos demonstrar, os trabalhos publicados previamente à NGB fizeram isso de modo distinto e variado. A distinção que estabelecemos anteriormente entre trabalhos que funcionavam como gramáticas dicionarizadas e outros que funcionavam como discursos sobre as gramáticas mostra que houve um desenvolvimento do problema no sentido de se criarem obras que, não sendo gramáticas, sobre elas incidissem e controlassem seu funcionamento. Para nós, em toda essa progressão, há dois momentos extremamente importantes e que revelam uma orientação diferente na resolução do problema: o lançamento dos dicionários de Antenor Nascentes e Mattoso Câmara Jr. Nos dois casos, temos o fim das gramáticas dicionarizadas, dando lugar a obras que, como a NGB, são discursos-sobre as gramáticas. Também nos dois casos, temos a presença marcada do discurso positivista. Porém, não se trata do mesmo Positivismo... Em Nascentes, é claro o Positivismo dos nomes demais para a mesma coisa. Em Mattoso Câmara, o Positivismo dos “fatos” que podem ser “interpretados” de múltiplos modos...

A construção desses artefatos mostra a diferença que havia em relação ao século XIX no tocante à questão gramatical. No século passado, a busca de uma identidade nacional pela autoria de gramáticas; depois, a busca de controle sobre essas gramáticas na forma de discursos que visavam a controlar o saber do gramático e dar-lhe unidade. Até que se chega à NGB, em que este controle é feito de forma oficial, pelo Estado. Neste ponto cabe a distinção entre a *uniformidade* e a *unidade*. O que nossa análise nos ressaltou é que, com a entrada do Estado de forma explícita nesse processo, a questão deixa de ser a de dar *unidade* ao discurso das gramáticas, passando a ser a de lhe dar *uniformidade*. Para nós, obras como as de Mattoso Câmara ou a de João Ribeiro trabalham no sentido da unidade, pois seu discurso está perpassado por discursos outros, mesmo opostos, numa tentativa de, em meio à multiplicidade de pontos de vista, construir um lugar de tomada de posição. Em Antenor Nascentes e na NGB, o que é há é justamente o apagamento das múltiplas formas de o sujeito se colocar como autor de gramáticas. Esse apagamento funciona de modo a estabelecer não a multiplicidade de posições, mas o fato de que há, *para a mesma coisa, nomes demais*. A questão toda se reduz a uma uniformização do discurso da gramática. As diferenças se apagam, como se nunca tivessem existido, dando lugar à questão de se eleger o nome mais simples, mais claro, mais exato, mais científico.

Mas o que se apaga resiste, o que demonstra que a história é feita mesmo desses retornos, dessas vozes que falam mesmo quando se as quer calar. Logo após a NGB, como mostramos, os concursos de interpretação, as palestras, os seminários sobre a NGB demonstram que foi preciso todo um trabalho interpretativo e regulador para que se fixassem os sentidos dos nomes que a NGB impunha aos gramáticos. Era preciso indicar quais nomes caíam, por quais eram substituídos, o que significavam. Se o sentido estivesse pronto, a NGB seria realmente somente o texto que apresentamos como anexo. Ela é mais que isso porque se compõe de tudo o que se falou a respeito dela, e que de fato era mais a própria NGB falando. Esse movimento interpretativo indicava tomadas de posição do sujeito frente ao já-dito, ao interdiscurso, e que construíam ao mesmo tempo o efeito de literalidade de cada nome.

Em aparência, era um excesso. Por que falar-se tanto e tanto na NGB? Porém, essa aparência esconde que não se falava na NGB, era a própria NGB que falava através das posições que os gramáticos assumiam frente àqueles nomes. Todo esse aparente excesso revelava de fato a falta, no estatuto oficial, dos mecanismos que controlariam e organizariam a NGB. Depois, como também procuramos mostrar, esse trabalho foi “esquecido”. A NGB passa a fazer sentido por ter sido saturada. Têm-se realmente a impressão de que havia mesmo nomes demais, já que os que restavam bastavam para dar forma ao discurso da gramática.

Esse mecanismo de saturação da NGB foi feito pelas paráfrases que iam se estabelecendo entre aqueles nomes e suas definições. O que é Gramática? É aquilo que Saussure chama de *Linguística Sincrônica*. Isso que pode nos parecer uma incongruência atualmente confirma que nas paráfrases não contam especificamente as formas linguísticas em si, mas seu valor enquanto discurso, as posições que os sujeitos assumem em relação a elas. Diante do elenco de nomes que a NGB apresentava, os gramáticos tomavam sua posição, recortavam em meio ao já-dito o sentido que se procurava estabelecer. No final das contas, apagasse esse enorme trabalho em que os gestos de interpretação davam direção ao discurso da NGB, e instituiu-se o efeito de que, na própria NGB enquanto texto, empiricamente falando, já está tudo: os nomes e seus sentidos.

Ao lado disso, o dicionário de Mattoso Câmara, a nosso ver, funciona como contraponto. Ele se desenvolve, muda de título, abriga novos conceitos, entrega-se ao jogo da história ao mesmo tempo em que tenta resistir a ela. Essa é sua tentativa de unidade. Desenvolver-se, expor-se à historicidade, e tentar ainda assim permanecer o mesmo. A NGB, por sua vez, busca a uniformidade: apaga a história. Por isso ela permanece até hoje a mesma, sem ter mudado de nome ou ter incluído novos conceitos. Ela procura resistir à história, pois o que há são nomes que definem coisas que nunca mudam. Não é preciso, portanto, mudarem-se os nomes.

O período interpretativo que se seguiu à NGB e as gramáticas atuais, entanto, mostram que o que é silenciado procura falar de novo. Se a NGB não muda, as gramáticas apresentam pequenas mudanças, quadros laterais e notas de rodapé que cuidam de, dialeticamente, trazer para a nomenclatura a historicidade ao mesmo tempo em que buscam controlar esse aparecimento. Nessas falhas abrem-se espaços para o sujeito se articular e constituir novas posições de autoria.

Nunes (1996:17) fala do sujeito que se via diante do Brasil do descobrimento: “*um*

*momento em que as palavras faltam, o mundo está meio sem nomes (...)*". Na NGB, como vimos, os nomes já são demasiados. É preciso então escolher apenas alguns e defini-los, interpretá-los, comentá-los, exemplificá-los. E a NGB o fez, embora reduzindo nossa história à construção de uma fauna exuberante de nomes que se excedem em relação as coisas.

Em minha dissertação de mestrado<sup>16</sup>, procurei periodizar os dicionários e léxicos gramaticais publicados no Brasil que tratavam de dar conta do problema da terminologia lingüística. Naquela ocasião, a minha questão era tentar perceber o funcionamento discursivo de tais obras e verificar como incidiam, a partir desse funcionamento, nas obras sobre a linguagem brasileiras, principalmente gramáticas.

## 5. O DICIONÁRIO DE MATTOSO CÂMARA

Uma das obras de que não pude tratar senão superficialmente naquele trabalho foi o dicionário de Mattoso Câmara Jr. Tendo em vista a importância dessa obra e seu modo particular de inserção na história do saber sobre a linguagem no Brasil, intencionalmente não a abordei como gostaria, uma vez que isso tornaria o trabalho demasiadamente longo e colocaria em segundo plano justamente o seu objeto principal, a NGB.

Neste artigo, gostaria então de iniciar algumas reflexões, sob o ponto de vista da Análise do Discurso de linha francesa, daqui em diante AD, sobre a obra acima referida. Não pretendo esgotar a questão ou produzir uma análise discursiva do texto de Mattoso, já que isso extrapolaria os limites de um trabalho como este, mas apenas indicar alguns possíveis caminhos para uma análise posterior de espectro mais amplo.

São muitas as obras que tratam da questão terminológica no Brasil. Essa discussão pode ser localizada aqui e ali, em trechos de gramáticas, em pequenos parágrafos de artigos, enfim, por se tratar de um problema específico da gramatização brasileira, quase sempre faz parte, de forma maior ou menor, explícita ou implícita, das principais obras sobre a linguagem publicadas no Brasil na primeira metade de nosso século. Ative-me, em minha dissertação, nas obras que problematizavam diretamente essa questão e que procuravam resolvê-la. Seguindo esse recorte, as obras publicadas no Brasil concernentes ao problema da uniformização da terminologia a ser usada nos estudos lingüísticos pode ser periodizada como se segue:

DICCIONARIO GRAMMATICAL PORTUGUEZ, J. A. PASSOS (1865)

DICCIONARIO GRAMMATICAL, FELISBERTO CARVALHO (1886)

DICCIONARIO GRAMMATICAL, JOÃO RIBEIRO (1889)

LEXICO GRAMMATICAL, FIRMINO COSTA (1934)

LÉXICO DE NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA, ANTENOR NASCENTES (1946)

<sup>16</sup> BALDINI (1999).

Caracterizei as obras acima segundo dois modos de funcionamento discursivo em relação às gramáticas:

dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos-sobre<sup>17</sup> a língua, sendo portanto reguladores de sentido em primeiro nível, discursivamente muito semelhantes às gramáticas – com exceção da estrutura em ordem alfabética que lhes confere outra materialidade. Enquadram-se nesse espaço as obras de J. A. Passos, Felisberto de Carvalho e Firmino Costa;

dicionários e léxicos gramaticais que funcionam como discursos-sobre discursos sobre a língua, regulando os sentidos em segundo nível, na medida em que seu funcionamento não incide diretamente sobre os sentidos da língua nacional e seu sujeito, mas sobre as gramáticas, e estas sobre tais sentidos. Assim, a institucionalização de sentidos que tais trabalhos fazem funcionar se dão num nível que sobredetermina a gramática. Aqui, colocaríamos os dicionários de João Ribeiro e Antenor Nascentes.

Como se vê, a divisão proposta acima pode ser resumida em gramáticas dicionarizadas e dicionários gramaticais. No caso da obra de Mattoso Câmara Jr., a questão se complica um pouco mais, já que se dicionário não investe diretamente sobre a questão da terminologia como ela se colocava, mas, pelo contrário, procura abrir outros espaços de discussão com relação a esse problema.

Publicado pela primeira vez em 1956, com o título de Dicionário de fatos gramaticais, a obra faz frente a essa discussão sobre a terminologia colocando-se fora dela. Ciente das discussões iniciais sobre a NGB, e recusando-se a participar de uma iniciativa no sentido da que se deu a nomenclatura, Mattoso explicitamente coloca:

“Este Dicionário não versa a Nomenclatura Gramatical como orientação para o empregos dos termos técnicos, à maneira das bens conhecidas obras de J. Marouzeau em francês, de Lázaro Carreter em espanhol, de A. Nascentes em português. Em vez de tal objetivo – evidentemente utilíssimo mas já assim bastante ventilado – teve-se o de dar, em ordem alfabética, para consultas ocorrentes, as noções gramaticais, como base para a compreensão estrutural, funcional e histórica da língua portuguesa. Não se visou ao problema terminológico, senão a uma divulgação de conhecimentos doutrinários. O modelo distante foi o Dicionário Gramatical de João Ribeiro, que tantos serviços prestou ao estudo do seu tempo.”

Havíamos colocado a obra de Mattoso sob a rubrica 2a), o que não é todo incorreto. No entanto, julgamos agora que seria melhor lhe dar um estatuto diferenciado, pois, embora a obra funcione como um discurso-sobre, ela já não visa ao problema terminológico – antes, afasta-se dela. Afasta-se introduzindo a questão da doutrina, isto é, da ciência. E é por isso que se aproxima de João Ribeiro, na medida em que este, mesmo que ainda preso à questão do ensino da língua, já introduzia um novo elemento: a gramática histórica e, com ela, a questão do valor científico do estudo sobre a linguagem. Veja-se o que diz João Ribeiro:

“Systematizei opiniões diversas, expuz as que eram divergentes, ou contradictorias, ressaltando o meu juízo pessoal, que frequentes vezes não é o mesmo das autoridades que invoquei”.

---

17 No aparelho teórico da AD, os *discursos-sobre* são instâncias fundamentais de institucionalização dos sentidos. Através deles, a memória discursiva é disciplinada, organizada.

Se na NGB faltava justamente a autoria desde a Ciência, e não desde o Estado, não será nela que Mattoso irá buscar seu solo. Guimarães (1996:132) diz sobre a nomenclatura: “se reduz a ser uma organização terminológica sem teoria que a sustente adequadamente”. E Câmara Jr. é mais incisivo (1975:216): “não há aí [na NGB] qualquer doutrina gramatical coerente. O erro fundamental foi, mesmo, o de se querer com isso regularizar e simplificar a nomenclatura, sem intenção de firmar qualquer doutrina. Ora, a terminologia está visceralmente dependente de uma teoria e sem esta não tem real utilidade. A consequência é que o estatuto, oficialmente estabelecido, funciona como um empecilho, que cerceia e desorienta os esforços para uma teoria satisfatória em gramática descritiva”.

Assim, seu discurso só poderia encontrar um lugar de memória em João Ribeiro. Nos dois casos, o que está em jogo não é uma adequação palavra-coisa, como no caso da NGB<sup>18</sup>. O que se configura aí é o lugar de um discurso possível em meio aos discursos existentes. Em resumo, trata-se da construção de uma nova autoria, e, por isso, da constituição de um discurso fundador. E que lugar de autoria é esse que está sendo construído?

“Este dicionário cogitou da ciência da linguagem no sentido de que os fatos da língua portuguesa foram encarados objetivamente, na sua realidade, e não para fins normativos de correção gramatical”

Isto é, contrapondo-se ao predomínio da filologia ou da gramática normativa, ambos comprometidos com uma visão do fenômeno lingüístico ligada à questão do valor, Mattoso filia-se à objetividade e ao fato. E fato, para ele, vem a ser o quê, já que é em torno dessa noção que está concentrado o esforço de seu dicionário e seu afastamento da normatividade enquanto princípio? Fato, para Mattoso Câmara, pode ser conceituado de 5 maneiras: a) em primeiro lugar, fatos são as formas da língua; b) o agrupamento dessas formas, sua classificação segundo este ou aquele critério são também fatos; c) são fatos “processos de que se serve a língua portuguesa para estruturar sua formas e funcionar na comunicação”; d) noções que fazem parte da gramática portuguesa, como número, tempo, etc., são considerado como fatos também; e, finalmente, e) a própria língua enquanto realidade social são fatos. Desses “fatos”, Mattoso irá dizer que não irão fazer parte de seu dicionário apenas o primeiro, na medida em que figuram em qualquer dicionário geral e tornariam o dicionário amplo e volumoso demais para sua proposta, isto é, divulgar uma doutrina.

Em seguida, o autor irá dizer que o caracteriza uma língua é a quantidade e a qualidade dos fatos que comporta. Desse modo, o português não possui todos os fatos de que poderia se servir, mas, mesmo assim, ele irá introduzir em sua obra fatos que não são propriamente fatos da língua portuguesa, considerando que há fatos inexistentes em português que, no entanto, são fundamentais para que se possa compreendê-la. Como exemplo, traz a noção de caso latina, essencial para se compreender a persistência formal do acusativo. Além disso, fatos como o feminino e masculino só podem ser compreendidos se situados numa escala mais ampla. Assim, persiste a questão da compreensão da língua portuguesa:

“em outros termos, um fato gramatical figurou tanto por existir direta como indiretamente em português”

---

<sup>18</sup> Em minha dissertação, procurei demonstrar que todo o projeto da NGB (e também de trabalho anteriores cuja orientação ela seguia) estava baseado numa adequação dos termos às coisas que eles descreviam. É claro que em João Ribeiro há também algo desse tipo – entretanto, não se trata, de nenhum modo, de buscar o melhor nome para a coisa designada. Nesse autor, o problema da teoria suplanta essa abordagem.

Quanto ao formato, Mattoso irá salientar que um dicionário, por sua natureza, é fragmentário, enquanto que a língua é uma unidade intrínseca. Este problema é solucionado pela remissão dos verbetes uns aos outros e pela exposição, em cada entrada, de fatos correlatos.

Outro ponto problemático levantado pelo autor é a relação entre o seu ponto de vista e pontos diversos existentes. Considerando que um dicionário não pode ser, como uma tese, uma tomada de posição doutrinária, mas evitando, por outro lado, a abdicação de princípios, o autor procura chegar a uma “redação essencialmente expositiva, que não quer sugerir o consulente”. Em relação à escolha dos nomes que devem figurar do dicionário, adota-se “uma nomenclatura determinada e de acordo com certas convicções”. Para não fechar-se numa nomenclatura, há a apresentação de nomenclaturas opostas existentes, paralelas as que foram escolhidas. Excluíram-se, no entanto, “termos que a rigor não vingaram no uso didático e que se conservam como simples idiossincrasia de dado gramático ou professor” ou denominações novas, a não ser como sugestões.

É esta a apresentação do dicionário de Mattoso Câmara em sua primeira edição. Em sua segunda edição (1963), o título é alterado para “Dicionário de Filologia e Gramática”. Dada, segundo Mattoso, a insistência de se ver em sua obra um Léxico de Nomenclatura, tanto o título quanto a própria estrutura do dicionário foram alterados. Dessa maneira, a mudança de título procura refletir essa alteração, como também “evitar o que no título antigo poderia sugerir profissão de fé no empirismo”, que, diz Mattoso, “rejeito e sempre rejeitei”. É importante ressaltar aqui que a segunda edição é publicada já com a NGB em pleno vigor. Com a nomenclatura funcionando no uso didático, não é superficial reparar a insistência de Mattoso em separar-se dela.

Na terceira edição (1968), há a correção de erros tipográficos e de “certos detalhes de redação e doutrina”. Desta até a sexta edição não haverá alteração e a sétima edição, de que trataremos a seguir, é publicada após o falecimento de Mattoso Câmara Jr.

Na sétima edição (1977), o título do dicionário é alterado novamente. Desta vez, o dicionário será publicado sob o título de “Dicionário de Lingüística e Gramática”. Há acréscimo de alguns verbetes, a inclusão de uma bibliografia suplementar, um índice de universidades com pós-graduação em Lingüística e de organizações de Lingüística.

O que pensar, sob o ponto de vista da Análise do Discurso, da produção desse dicionário, de sua intervenção no universo discursivo brasileiro, isto é, de sua colocação entre a memória que o sustenta e a memória que ele mesmo cria nessa relação? Ademais, o que pensar da relação de autoria que está aí se estabelecendo em oposição a uma outra, já constituída e, portanto, sem necessidade de um discurso que a funde, mas apenas de um discurso que a regularize e organize, como é o caso da NGB?

Penso que há aí várias questões a explorar. Uma delas, certamente, é a noção de fato que sustenta o corpo do dicionário mesmo e lhe dá uniformidade. É sobre essa discursividade que pretende falar aqui. Porém, muitas outras questões poderiam ser levantadas, tão relevantes quanto essa. O que significa, se pensamos a relação entre o interdiscurso e os gesto de interpretação que se dão acontecimento enunciativo, as mudanças de título do dicionário? Não estaria claramente o jogo do discurso fundador? Isso para não mencionar a estrutura mesmo do dicionário, só comparável a do dicionário de João Ribeiro – e não é por coincidência que apenas os dois trazem o verbete “Lingüística” -, cujo enciclopedismo o

coloca à parte de todas as obras que o precederam e surgiram depois dele. Em suma, o dicionário de Mattoso Câmara pode seguramente ser considerado um acontecimento discursivo, no sentido de que ele altera as relações de contradição-subordinação-desigualdade do interdiscurso, ao mesmo tempo que extrai dele seu sentido, é por ele determinado. Do contrário, a obra de Mattoso seria apenas um nonsense a mais no campo dos textos que não fazem sentido porque sua hora ainda não chegou ou já está passada definitivamente. E, não estaria sua saída do nonsense justamente na contradição de seus enunciados que ora falam do lugar do lingüista, ora do lugar do gramático, ora do lugar do filólogo? Não seria essa diluição de um lugar enunciativo precisamente os pontos de estabilização que sustentam a constituição fundadora de um autoria?

Sua identificação com Ribeiro como “modelo distante” exemplifica bem uma divisão desse tipo de dicionários em duas tradições distintas: a “pedagógica” e a “científica”. Naquela, a estabilização de designações que regulam a autoria do gramático e do professor, dando-lhes força pela própria retirada de sua autonomia e falta de uniformidade. Nesta, a construção de uma autoria distinta, que também regularia a posição dos encarregados de ensinar a língua, mas atribuindo-lhes um lugar subordinada à “Sciencia”. É, assim, pela via do cientificismo que Mattoso escapa da gramática.

Sejamos, no entanto, menos ambiciosos e tratemos da questão do “fato” que sustenta toda a argumentação de Mattoso. Na perspectiva da AD, a argumentação não é vista como a atividade consciente de um sujeito falante que, na tessitura do texto, escolhe seus argumentos com vistas a convencer seu interlocutor. Consideramos o discurso uma textualização do político (Courtine, 1986, apud Orlandi, 1998). Essa textualização do político é apreensível pela análise dos gestos de interpretação inscritos no texto. É por esses gestos que o sujeito se filia a um lugar e não outro, sendo que o sujeito é ele mesmo essa filiação, isto é, uma posição “que corresponde mas não equivale à simples presença física dos organismos humanos (empirismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo). São lugares ‘representados’ no discurso, isto é, estes lugares estão presentes mas transformados nos processos discursivos<sup>19</sup>”. Essa transformação, por sua vez, se dá pelas regras de projeção presentes em toda sociedade que relacionam a situação objetiva e a posição discursiva. Formações imaginárias determinadas pelo interdiscurso pelas quais os sujeitos se atribuem lugares, constituindo as condições de produção do discurso. Isso equivale a dizer que a formulação (intradiscurso) está determinada pela constituição (interdiscurso)<sup>20</sup>.

Isso posto, não há como se falar então de um sujeito orador que escolhe seus argumentos, sua estratégia argumentativa, uma vez que estes elementos já estão determinados pela posição que o sujeito ocupa. O Real, determinação histórica objetiva e exterior, determina a Realidade, relação imaginária do sujeito com tal determinação. Nesse sentido, se ainda é possível falar de uma intenção do sujeito quanto à argumentação, só se pode pensá-la enquanto já antes determinada pela posição que ele ocupa no jogo das formações discursivas.

Dessa maneira, não vemos aqui como a “pessoa” Mattoso Câmara, com suas “intenções” pragmáticas, sua “habilidade argumentativa”, procura “convencer” seus leitores. Ao contrário, buscaremos aqui determinar a posição a partir da qual Mattoso fala, isto é, sua posição de sujeito, posição esta que determina sua argumentação e que lhe confere um lu-

19 Orlandi, 1998a.

20 Idem, *ibidem*.

gar ao mesmo tempo que cria o “outro”, ou seja, aquele lugar reconhecido como oposição.

Como vimos, Mattoso inicia seu texto negando sua filiação às obras sobre terminologia anteriores: “Este Dicionário não versa a Nomenclatura Gramatical como orientação para o empregos dos termos técnicos (...)”. Seu único modelo dentre a tradição brasileira é João Ribeiro: “O modelo distante foi o Dicionário Gramatical de João Ribeiro (...)”. E, não por acaso, em Ribeiro também está presente a noção de fato no conceito de Gramática: “a sciencia que tem por objecto os factos da linguagem”. Para este autor, o fato por excelência nada mais é que a generalização e sistematização do que é observável na língua, isto é, a constituição de regras. Todavia, essa noção de fato está ainda presa à normatividade: “conforme o uso ou praxe deduzida da autoridade dos doutos e dos escriptores classicos”. Há, porém, um deslizamento, porque há aí a subordinação das regras ao que se observa no uso. É, por conseguinte, uma normatividade que se assenta na observação dos fatos, e, daí, a regra – e não na primazia da regra sobre os fatos.

Percebe-se que conseqüências isto tem para Mattoso. É este o único lugar disponível de filiação. Ou, então, filiar-se ao normativismo e à noção de que é preciso dar nomes às coisas. O lugar de que fala Mattoso está, conseqüentemente, determinado pelos limites do já formulado. A saída encontrada é filiar-se à noção de fato, mas deslocando-a. Isso será feito pela subordinação do normativismo à observação: “*Mas a arte normativa tem de partir (...) da compreensão do que é a linguagem e da do funcionamento espontâneo da língua a cujo bom emprego se pretende chegar*”. Em Ribeiro, teríamos:

Fato: Uso da língua pelos “doutos”

Sistematização e generalização desse Fato

Regras

Em Mattoso, podemos dizer que o deslocamento se dá da seguinte maneira:

Fato

Compreensão do Fato

Regras

Vê-se aí um deslocamento tanto da noção de fato como da noção de regra pelo termo intermediário que se coloca em Mattoso e que o distancia do empirismo de Ribeiro. Hierarquicamente superior às regras está a compreensão do fato, equivalendo à tarefa da Ciência da Linguagem. Por fim, e determinado por esta, estão as regras. Pode-se dizer então que Mattoso subordina a Gramática à Lingüística. Resta entender qual a noção de fato que sustenta esse deslizamento.

Ora, recenseado novamente os “fatos” explicados por Mattoso não se chega à conclusão de que estão todos estes contidos no último, ou seja, a própria língua é um fato? Estamos nesse caso diante de uma afirmação que dá à língua uma existência própria, autônoma, o “funcionamento espontâneo da língua”. Assim, a língua pode ser colocada fora do sujeito, funcionando numa relação de si para si, isto é, internamente, e, em consequência, passível de sofrer uma “observação interpretativa” que chega a uma “interpretação desinteressada”.

Voltemos um pouco na história e retomemos a afirmação de Saussure em seu Curso de Lingüística Geral: “*A Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*”. Não é preciso repetir a velha história de que nesse gesto Saussure retirou da língua qualquer exterioridade e, assim, pôde constituí-la enquanto objeto de uma Ciência, a Lingüística. O importante é ver como essa fala não chega tal como está no Brasil, é preciso uma longa preparação e sua inserção numa história própria na qual ela se insere. Penso que é possível e coerente dizer que a argumentação de Mattoso pode ser resumida nessa afirmação de Saussure. Mas, por outro lado, ela não aparece em nenhum momento. Sua presença no texto está indicada por sua ausência mesma, pelo fato que, para fazer sentido, ela teve que se constituir no território brasileiro, fato que lhe determina o modo de aparecimento.

Portanto, para que o discurso de Saussure fizesse sentido, foi preciso que ele se historicizasse no Brasil. Vale a pena aqui, mais uma vez, retomar Mattoso Câmara ao falar da diferença entre o português do Brasil e o de Portugal. Para ele, o problema era, fundamentalmente, o fato de que a língua estava em dois territórios diferentes. Ora, passa-se o mesmo com o discurso saussureano; ele teve de se colocar na história brasileira e, para isso, foi preciso um trabalho de deslocamento e filiação aos discursos disponíveis em que a noção de fato desempenhava um papel importante e singular. Não há nisso nenhuma concepção de um sujeito consciente que deliberadamente tornava o discurso de Saussure palatável: com mais propriedade, devemos falar de uma posição sujeito sendo construída nos interstícios das posições existentes e retirando delas a possibilidade de fazer sentido. Fazer história.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AUROUX, Sylvain.** (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas - SP: Ed. da UNICAMP.

**BALDINI, Lauro.** (1997) *NGB: a gramática fala por si mesma*. Trabalho apresentado no III Seminário de Teses em Andamento do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

**BALDINI, Lauro.** (1998) “A NGB e a autoria no discurso gramatical”. In: *Língua e Instrumentos Lingüísticos no. 1*. Campinas: Pontes.

**BALDINI, Lauro.** (1999) *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. Campinas - SP: IEL – UNICAMP, Dissertação de Mestrado inédita.

**CÂNDIDO JUCÁ (FILHO).** (1958) *132 restrições ao anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: [s.ed.].

**CARVALHO, Felisberto Rodrigues Pereira de.** (1886) *Diccionario Grammatical*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

**COSTA, Firmino.** (1934) *Lexico Grammatical*. São Paulo: Melhoramentos.

**DIAS, Luiz Francisco.** (1996) *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas - SP: Pontes.

**FOUCAULT, Michel.** (1969) *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 3ª edição, 1987.

**GUIMARÃES, Eduardo.** (1996a) *Os limites do sentido – um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes.

**GUIMARÃES, Eduardo.** (1996b) “Sinopse dos estudos do Português no Brasil”. In: GUIMARÃES, Eduardo, ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Língua e cidadania: o Português no Brasil*. Campinas: Pontes.

**MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim.** (1956) *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 9ª edição, 1981.

**MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim.** (1959) “Nomenclatura Gramatical”. In: *Dispersos*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2ª edição, 1975.

**MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim.** (1969) *Os estudos de português no Brasil*. IN: *Dispersos*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2ª edição, 1975.

**NASCENTES, Antenor.** (1946) *Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: [s.ed.].

**NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA.** (1959) Rio de Janeiro: Campanha

de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES.

**NUNES, José Horta.** (1996) *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos dos viajantes aos primeiros dicionários*. Campinas - SP: IEL – UNICAMP, tese de doutorado inédita.

**OLIVEIRA, Sheila Elias de.** (1997) *Os sentidos como história nas idéias de M. Said Ali*. Campinas - SP: 1996, texto apresentado no Grupo de Estudos Lingüísticos – 1997.

**ORLANDI, Eni Puccinelli.** (1998a) “Ética e Política Lingüística”. In: *Língua e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas - SP: Pontes.

**ORLANDI, Eni Puccinelli.** (1998b) *Metalangage et grammatisation au Brésil: le rapport Grammaire/Philologie/Linguistique*. Mimeo.

**ORLANDI, Eni Puccinelli.** (1998c) *Discurso e argumentação: um observatório do político*. Mimeo.

**ORLANDI, Eni Puccinelli.** (1988d) *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez – Campinas - SP: Ed. da UNICAMP.

**ORLANDI, Eni Puccinelli.** (1990) *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP.

**ORLANDI, Eni Puccinelli.** (1993) *Vão surgindo sentidos*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas - SP: Pontes.

**ORLANDI, Eni Puccinelli.** (1995) *As formas do silêncio*. Campinas - SP: Ed. da UNICAMP.

**ORLANDI, Eni Puccinelli.** (1997) “O Estado, a gramática, a autoria”. In: *Relatos*. Publicação do Projeto “História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional”. DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

**PÊCHEUX, Michel.** (1975) *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas - SP: Ed. da UNICAMP, 1995.

**PÊCHEUX, Michel.** (1983) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas - SP: Pontes, 1990.

**RIBEIRO, João.** (1889) *Diccionario Grammatical*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3ª edição, 1906.